

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

**(Do Sr. Mendonça Filho)**

Requer a realização de audiência pública para debater a situação e perspectivas da política nacional de Ensino Médio.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e dos artigos 24, inciso III, e 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário deste Colegiado, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a situação e perspectivas da política nacional de Ensino Médio.

A definição dos convidados se dará posteriormente, assegurando-se a equidade entre as posições favoráveis e contrárias ao tema do “Novo Ensino Médio”.

**JUSTIFICAÇÃO**

Como se sabe, o Novo Ensino Médio, instituído pela Lei nº 13.415/2017, começou a ser implementado oficialmente em 2022 nas escolas brasileiras públicas e privadas, de forma progressiva. O modelo trouxe uma nova organização curricular e a ampliação da carga horária mínima, em 2022, de 800 horas para 1.000 horas anuais, representando aumento da carga horária de pelo menos 5 horas diárias, atingindo sete horas diárias (1.400 horas anuais), quando estiver totalmente implementado em 2024.



Ou seja, essa implementação está em plena execução, conforme cronograma divulgado com antecedência pelo MEC. Ao mesmo tempo, temos inúmeras proposições legislativas que, em sentido totalmente contrário e sem qualquer aprofundamento, buscam revogar por completo a lei que trouxe novo regramento ao ensino médio, podendo causar transtornos e impactos negativos aos estudantes que já estão em processo de adaptação formativa.

Apesar de o cronograma continuar em execução, o Ministro da Educação do atual governo, no início de março deste ano, publicou a Portaria nº 399, de 2023, abrindo consulta pública para avaliação e reestruturação da política nacional de ensino médio. A portaria dá prazo de 90 dias para as manifestações, com possibilidade de prorrogação.

Esta Comissão de Educação precisa estar à par de todo esse debate sobre uma possível reestruturação no ensino médio, afim de se evitar retrocessos na legislação. É certo que alterações podem ser implementadas e a discussão e o diálogo sobre o tema são válidos, por isso a necessidade de que se promova esta audiência pública.

Sala das Comissões,      de março de 2023.

**Deputado Mendonça Filho**  
**UNIÃO/PE**

